

PROCESSO SELETIVO

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/SESC-MA

Aditivo nº 04/2023, ao Edital nº 01/2023, de 16 de janeiro de 2023.

O Serviço Social do Comércio – Sesc – Departamento Regional no Maranhão (DR/MA), Instituição de Direito Privado, torna público que, nos termos da Resolução Sesc nº 1296/2015, está aberto o processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos indicados no Anexo I, com contratação regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme as normas e condições estabelecidas neste Edital, TORNA PÚBLICA a RETIFICAÇÃO e a INCLUSÃO ao Edital nº 01/2023, de 16 de janeiro de 2023, que passa a vigor com a seguinte redação:

1. Retificação dos subitens a seguir junto ao item 3.DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, em Edital nº 01/2023, de 16 de janeiro de 2023, que passa a conter o seguinte teor:

Onde se lê:

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. As pessoas com deficiência, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas em funções pré-definidas, conforme ANEXO I deste Edital, desde que a deficiência seja compatível com a função.

3.1.1. Se da aplicação do percentual de reserva de vagas a pessoas com deficiência resultar em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente.

3.1.2. O candidato deverá observar as funções e vagas oferecidas para pessoas com deficiência. Caso venha a se inscrever em função que não possua vaga destinada a pessoa com deficiência, será automaticamente incluído na lista geral de candidatos.

3.1.3. Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, no que diz respeito ao seu conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.2. Para concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar-se como pessoa com deficiência e enviar laudo médico original, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando o nome da doença, a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente no Código Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, na forma dos subitens 3.3 ou 3.4 deste Edital, e do requerimento constante do ANEXO VII.

3.3. O candidato que, queira concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência, deverá enviar laudo médico até o primeiro dia útil após o término do período de inscrições, conforme formulário constante do ANEXO VII deste Edital, para o correio eletrônico contato@idib.org.br.

3.4. O laudo médico original terá validade somente para este Processo Seletivo.

3.5. O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 7.8 deste Edital e no ato de inscrição, tratamento diferenciado para os dias de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999,

publicado no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1999, e alterado pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 03 de dezembro de 2004.

3.6. O candidato que, ao ato de inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado e classificado no Processo Seletivo, terá seu nome publicado em lista à parte e, caso obtenha classificação necessária, figurará também na lista de classificação geral.

3.7. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, caso aprovado e classificado no Processo Seletivo, será convocado para submeter-se à perícia médica promovida pela Junta Médica Oficial, a ser designada pelo Serviço Social do Comércio/SESC-MA, que verificará sua qualificação como pessoa com deficiência, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício da respectiva função e que terá decisão determinativa sobre a qualificação, nos termos do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 3 de dezembro de 2004.

3.8. O candidato mencionado no subitem 3.7, deste Edital, deverá comparecer à Junta Médica Oficial munido de laudo médico original ou de cópia autenticada do laudo que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente do CID, conforme especificado no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 3 de dezembro de 2004, bem como à provável causa da deficiência, após o resultado preliminar consolidado.

3.9. A inobservância do disposto nos subitens 3.2 a 3.7 deste Edital ou o não comparecimento ou a reprovação na Junta Médica Oficial acarretará a perda do direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

3.10. A conclusão da Junta Médica Oficial referida no subitem 3.8 deste Edital, acerca da incapacidade do candidato para o adequado exercício da função, fará com que ele seja eliminado do Processo Seletivo.

3.11. Quando a Junta Médica Oficial concluir pela inaptidão do candidato, havendo recurso, constituir-se-á junta pericial para nova inspeção, da qual poderá participar profissional assistente indicado pelo candidato.

3.12. A indicação de profissional pelo candidato deverá ser feita no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de ciência do laudo referido no subitem 3.10.

3.13. A junta pericial deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de realização da nova inspeção.

3.14. Após a conclusão da nova inspeção, acompanhada pelo profissional assistente indicado pelo candidato, em caso de inaptidão, não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela Junta Médica Oficial referenciada no item anterior.

3.15. O candidato que não for qualificado pela Junta Médica Oficial como pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas a candidatos em tal condição e passará a concorrer juntamente com os demais candidatos.

3.16. O candidato que for qualificado pela Junta Médica Oficial como pessoa com deficiência, mas caso a deficiência seja considerada, por essa mesma Junta, incompatível para o exercício das atribuições da função, será considerado INAPTO e, conseqüentemente, eliminado do Processo Seletivo, para todos os efeitos.

3.17. As vagas definidas no ANEXO I deste Edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência, ou por reprovação nesse Certame ou na junta médica, poderão ser preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

Leia-se:

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. As pessoas com deficiência, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas em funções pré-definidas, conforme ANEXO I deste Edital, desde que a deficiência seja compatível com a função.

3.1.1. Se da aplicação do percentual de reserva de vagas a pessoas com deficiência resultar em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente.

3.1.2. O candidato deverá observar as funções e vagas oferecidas para pessoas com deficiência. Caso venha a se inscrever em função que não possua vaga destinada a pessoa com deficiência, será automaticamente incluído na lista geral de candidatos.

3.1.3. Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, no que diz respeito ao seu conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.2. Para concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar-se como pessoa com deficiência e enviar laudo médico original, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando o nome da doença, a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente no Código Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, na forma dos subitens 3.3 ou 3.4 deste Edital, e do requerimento constante do ANEXO VII.

3.3. O candidato que, queira concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência, deverá enviar laudo médico até o primeiro dia útil após o término do período de inscrições, conforme formulário constante do ANEXO VII deste Edital, para o correio eletrônico contato@idib.org.br.

3.4. O laudo médico original terá validade somente para este Processo Seletivo.

3.5. O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 7.8 deste Edital e no ato de inscrição, tratamento diferenciado para os dias de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1999, e alterado pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 03 de dezembro de 2004.

3.6. O candidato que, ao ato de inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado e classificado no Processo Seletivo, terá seu nome publicado em lista à parte e, caso obtenha classificação necessária, figurará também na lista de classificação geral.

3.7. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, caso aprovado e classificado no Processo Seletivo, será convocado para submeter-se à avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, a ser designada pelo Serviço Social do Comércio/SESC-MA, que verificará sua qualificação como pessoa com deficiência, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício da respectiva função e que terá decisão determinativa sobre a qualificação, nos termos do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União, de 21

de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 3 de dezembro de 2004.

3.8. O candidato mencionado no subitem 3.7, deste Edital, deverá comparecer à avaliação biopsicossocial munido de laudo médico original ou de cópia autenticada do laudo que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente do CID, conforme especificado no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 3 de dezembro de 2004, bem como à provável causa da deficiência, após o resultado preliminar consolidado.

3.9. A inobservância do disposto nos subitens 3.2 a 3.7 deste Edital ou o não comparecimento ou a reprovação na avaliação biopsicossocial acarretará a perda do direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

3.10. Quando da decisão preliminar da avaliação biopsicossocial, caberá recurso contra essa decisão.

3.11. O recurso contra a decisão preliminar da avaliação biopsicossocial será de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de realização da nova inspeção.

3.12. Não caberá qualquer recurso da decisão revisional proferida pela equipe multiprofissional referenciada no item anterior.

3.13. O candidato que não for qualificado na avaliação biopsicossocial como pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º, do Decreto Federal n. 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal n. 5.296, de 02/12/2004 e pelo Decreto Federal nº 9.508, de 24/09/2018, no art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27/09/2012 (Transtorno do Espectro Autista), e, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas a candidatos em tal condição e passará a concorrer juntamente com os demais candidatos.

3.14. O candidato que for qualificado em avaliação biopsicossocial como pessoa com deficiência, mas caso a deficiência seja considerada, por essa mesma Junta, incompatível para o exercício das atribuições da função, será considerado INAPTO e, conseqüentemente, eliminado do Processo Seletivo, para todos os efeitos.

3.15. As vagas definidas no ANEXO I deste Edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência, ou por reprovação nesse certame ou na avaliação biopsicossocial, poderão ser preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

2. Inclusão do Anexo X – DO PROCEDIMENTO DE ENTREVISTA, em Edital nº 01/2023, de 16 de janeiro de 2023, que passa a conter o seguinte teor:

Anexo X – DO PROCEDIMENTO DE ENTREVISTA

1. A entrevista é tratada em item 12, do Edital nº 01/2023, de 16 de janeiro de 2023, e possui caráter eliminatório e classificatório.
2. Serão entrevistados todos os candidatos que não forem eliminados na etapa de prova de conhecimentos.

3. A convocação para a entrevista estará disponível nos sites da contratante e da contratada, podendo ser utilizados, adicionalmente, outros canais de comunicação.
4. A entrevista será realizada por equipe multidisciplinar na data, horário e local divulgados para cada candidato.
5. O candidato que não comparecer à entrevista receberá nota 00 (zero) e será eliminado do processo seletivo.
6. O candidato que obtiver pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos na entrevista será eliminado.
7. A entrevista terá pontuação máxima de 10 (dez) pontos.
8. Os candidatos deverão comparecer ao local da entrevista no horário predeterminado, apresentando documento de identificação com foto.
9. Na etapa de Entrevista, o candidato deverá apresentar ao selecionador a documentação abaixo:
 - a) Comprovação de experiência profissional: CTPS, Contratos de trabalhos e/ou declarações.
 - b) Comprovação de escolaridade: certificados de formação escolar, qualificações e capacitações relevantes para a ocupação do cargo e registro no Conselho de Classe (quando necessário).
10. Nessa fase, deverá ser apresentado comprovante de conclusão de curso, conforme nível de escolaridade requerido para a vaga e outros documentos comprobatórios quanto à formação ou experiência requisitados no Descritivo do processo seletivo.
11. DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou em Contrato de Prestação de Serviços ou em declaração original em papel timbrado da empresa, sendo esta assinada pelo proprietário ou representante legal da empresa, onde deverá ser reconhecida firma, constando o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade declarante. No caso de Regime Estatutário, declaração que comprove o vínculo de trabalho ou emprego com a descrição das atividades desenvolvidas (SOMENTE PARA O CARGO QUE VAI PRESTAR PROCESSO SELETIVO).
12. Em caso de comprovação de experiência profissional, NÃO serão aceitos:
 - a) ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
 - b) Estágio não obrigatório ou extracurricular.
 - c) atividades desenvolvidas a título de TRABALHO VOLUNTÁRIO.
13. O resultado da entrevista/Resultado final do processo seletivo será divulgado no site do contratante e contratado, podendo ser utilizados, adicionalmente, outros canais de comunicação.

14. O candidato aprovado e convocado para a fase tratada em item 12.DA ENTREVISTA será avaliado por meio de examinador capacitado para o cargo fim do procedimento, que determinará a nota, limitado aos aspectos e respectivas pontuações abaixo:

- a) Experiência profissional: até 06 pontos;
- b) Conhecimentos sobre a função: até 04 pontos.

3. Seguem inalteradas as demais disposições contidas no Edital nº 01/2023, de 16 de janeiro de 2023, e suas alterações.

4. Este Edital de Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

São Luís/MA, 07 de março de 2023.

Maurício Aragão Feijó
Presidente do CR/SESC/MA